

3ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ARARAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O Exmo. Sr. Dr. ANTONIO CESAR HILDEBRAND E SILVA, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Araras do Estado de São Paulo, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, e interessar possa, que será realizado leilão público através do Leiloeiro JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 754, da Gestora Picelli Leilões, a ser realizada de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, ou presencial no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 (*artigo 11 parágrafo único da Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ*).

Processo: 0004097-60.2022.8.26.0038 – Cumprimento de Sentença

AÇÃO DE INADIMPLEMENTO (PROCESSO PRINCIPAL 1007672-62.2019.8.26.0038)

EXEQUENTE: MARISA BUZOLIN FURLAN BAGGIO, inscrita no CPF/MF 027.769.218-02, MÁRCIA BUZOLINFURLAN WINTER, inscrita no CPF/MF 048.937.498-03, Representadas por TRADIÇÃO IMÓVEIS S/C LTDA, inscrita no CNPJ/MF 0797.925/0001-05, por seu representante legal.

EXECUTADOS: JULIANA MACHADO, CPF: 341.296.968-07 e CNPJ: 10.705.108/0001-33, ESPÓLIO DE JOÃO MACHADO, inscrito no CPF 490.875.928-68, (CPF: 490.875.928-68) (herdeiros: ALEXANDRE MACHADO [CPF: 279.702.658-63 e CNPJ: 27.095.341/0001-44], SOLANGE MACHADO CPF/MF N/C e JULIANA MACHADO CPF/MF 341.296.968-07), e IVONI DENARDI MACHADO (CPF: 324.758.218-50 e CNPJ: 32.090.017/0001-7, representados pela curadora especial (fls. 188/191) LIA MASSONI FRIGERI -OAB 431.603.

INTERESSADOS:

- ✓ Processo nº 1005079-66.2019.8.26.0457, em trâmite na 1ª Vara do Foro de Pirassununga/SP.
- ✓ FULVIO VINICIUS DE LIMA NOBREGA, CPF/MF n.º 258.098.928-5
- ✓ Ocupante do bem

DO CERTAME:

1ª Praça: Iniciará no dia **10/06/2025 às 15h15min** e encerrará no dia **13/06/2025 às 15h15min**.

DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 214.027,19 (duzentos e quatorze mil e vinte e sete reais e dezenove centavos), para março de 2025, que será **atualizado até a data do leilão**, conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:

2ª Praça: Iniciará no dia **13/06/2025 às 15h15min** e se encerrará no dia **10/07/2025 às 15h15min** (horário de Brasília).

DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 128.416,31 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e um centavos), que corresponde **60% do valor da avaliação, que será atualizado até a data do leilão**. Conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

DA DESCRIÇÃO DO BEM: UM PRÉDIO situado nesta cidade com frente para a rua Ferrucio de Fiori, sob nº 474, constituído de tijolos e coberto de telhas, contendo diversos cômodos, edificado no lote de terreno designado sob nº16 (dezesesseis) da quadra “Rl”, do imóvel Jardim São Carlos, medindo dez (10) metros de frente por vinte e cinco (25) metros da frente aos fundos, contendo a área total de 250,00mts.2., confrontando de um lado com o lote nº15 (quinze), de outro lado com o lote nº 17 (dezesete) e nos fundos com o lote nº 6 (seis) – Contribuinte nº 2.033.0210.

Localização: Rua Ferrucio de Fiori, nº 474, Jardim São Carlos, no município de Santa Cruz das Palmeiras – SP.

Laudo de avaliação / relatório- folhas: 141/157: imóvel em alvenaria, ausência de laje, cobertura em telha cerâmica, perímetro murado, fachada com protões em ferro, garagem para dois carros. A) Área Terreno Matrícula – 250 m² b) Área Terreno Prefeitura 270 m².c) Área Construção – 111 m². d) Testada 10 m. e) Declividade Leve f) Local do Lote Meio g) Quadra Padrão. OBS – Existe divergência entre os valores da área do terreno informada no cadastro do imóvel pela prefeitura municipal e a matrícula do imóvel junto ao cartório de registro de imóveis.

AVALIAÇÃO HOMOLOGADA: R\$ 211.194,33 (duzentos e onze mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e três centavos), em janeiro de 2025 – Fls. 200/202 a ser atualizado até a data do leilão, pela Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Matrícula 3.238 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Santa Cruz das Palmeiras/SP.

Inscrição na Municipalidade: 65450820085001

DEPOSITÁRIO: ESPÓLIO DE JOÃO MACHADO, representado por IVONI DENARDI MACHADO, CPF 324.758.218-50.

DO ÔNUS: Consta **PENHORA** do processo em epígrafe, fls. 124 devidamente averbado na AV4. Consta AV. 3 – **PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS** nos autos do processo 1005079-66.2019.8.26.0457 em trâmite na 1ª Vara Cível de Pirassununga/SP. Os débitos de IPTU e dívida ativa deverão ser consultados diretamente na municipalidade de Santa Cruz das Palmeiras/SP. Eventual regularização de área e baixa dos ônus da referida matrícula será feita pelo arrematante. Não constam nos autos demais débitos, recursos ou causa pendente de julgamento além do acima mencionado sobre o bem penhorado até a presente data. Houve *due diligence* e este leiloeiro constatou após consulta no TRT2 e TRT15 que **não há** processo trabalhista em trâmite em face aos executados.

Conforme decisão de fls. 200/202: o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

As intimações das datas do leilão público, serão realizadas através dos advogados constituídos e, acaso não haja, será realizado no endereço do executado constante nos autos, sendo negativo a publicação do edital servirá como válida, não cabendo alegação de nulidade.

DO DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 27.849,68 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos), novembro de 2023 – fls. 194/198.

DO IMÓVEL: Demais informações de que sobre o bem recaia outros ônus, recursos ou causa pendentes deverão ser consultadas nos autos pelo interessado. O bem será vendido no estado de conservação em que se encontrar, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (Art. 18º da Resolução 236/2016 - CNJ). Os débitos da arrematação correrão por conta do arrematante, inclusive impostos, taxas, emolumentos, seguros são de conta e responsabilidade exclusiva do arrematante (29º da Resolução 236/2016).

DOS ÔNUS HIPOTECÁRIOS e TRIBUTÁRIOS: A hipoteca extingue com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI, do CC). Havendo pluralidade de credores (inclusive os garantidos por penhora) ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, conforme art. 908 e parágrafos do CPC. Débitos de IPTU e demais taxas e impostos, serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, 'caput' e parágrafo único, do CTN c/c art. 908, § 1º, do CPC.

DA RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE: Correrão por conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse do imóvel bem como as despesas com transferência, recolhimento de ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reforma não averbados nos órgãos competentes além de outros débitos que incidir sobre o imóvel, excetuados aqueles quitados com o produto da presente. Será de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas à desocupação, transferência dos imóveis.

DA BAIXA DOS GRAVAMES NO FÓLIO REAL: Conforme artigo 320-G do Provimento 188/2024, nos termos da Lei, em caso de arrematação, todos os ônus da matrícula anteriores à data da expedição da carta de arrematação, serão baixadas por este Juízo de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis competente, momento em que tal instituição deverá também noticiar a baixa dos ônus aos respectivos detentores de tais prerrogativas, de tudo dando ciência nos autos.

DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.picellileiloes.com.br, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O leilão será realizado de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO, MATRICULADO na JUCESP sob nº 754**, habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP.

DOS LANCES: Os lances deverão ser ofertados pela rede INTERNET, através do portal <http://www.picellileiloes.com.br/>.

FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado, mediante guia de depósito judicial, podendo ser à vista ou parcelado, sendo que o pagamento à vista será sobreposto ao parcelado ainda que este seja mais vultuoso. (art. 895, § 7º do CPC).

À VISTA: O pagamento à vista deverá ocorrer no prazo de 24 horas da confirmação de lance vencedor, como também deverá ser providenciado o pagamento da comissão do Leiloeiro no mesmo prazo.

PARCELADO: O interessado deverá apresentar proposta por escrito através do endereço eletrônico: contato@picellileiloes.com.br, até o início do leilão que deverá indicar o sinal de no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e o saldo em até 30 (trinta) parcelas reajustáveis pelo indexador do TJ/SP, com a garantia da hipoteca legal do próprio bem em epígrafe, consubstanciado no artigo 1.489, V do Código Civil. A apresentação de proposta não suspende o leilão (art. 895, §6º, do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações incidirá multa de 10% (dez por cento), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, nos termos do artigo 895, § 4º do CPC, que ficará pendente a homologação do Magistrado. Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará que o arrematante é remisso ao Juízo, para a perda da caução e comissão já depositadas, voltando os bens ao novo leilão, conforme artigo 897 do CPC, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. Conforme hodierna jurisprudência será aceito proposta no curso do leilão: *“Agravo de Instrumento. Ação de despejo em fase de cumprimento de sentença. Proposta de arrematação do bem penhorado, mediante pagamento parcelado (artigo 895, II, do Código de Processo Civil), apresentada na vigência do segundo leilão. Admissibilidade. Ausência de prejuízo, uma vez que preservada a possibilidade de prevalência de eventual lance à vista ou em condições mais vantajosas de parcelamento, nos termos dos § 7º e 8º do referido artigo 895. Arrematação de imóvel que, por outro lado, é garantida por hipotecado próprio bem, sendo desnecessário o oferecimento de caução. Proposta que observou os requisitos legais, inclusive com indicação do indexador de correção monetária das parcelas. Recurso improvido.”(Agravo de Instrumento nº 2072683-74.2018.8.26.0000 – 32ª Câmara de Direito Privado – Desembargador Relator RUY COPPOLA – j.22/01/2019 – v.u.).*

Acaso não haja o pagamento no prazo estipulado, o Juiz poderá aprovar a venda do bem para o segundo colocado, pelo último lance por ele ofertado.

ARREMATÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o Exequente, caso for o único credor, arrematar o bem utilizando os créditos do próprio processo, acaso não sejam suficientes para a aquisição do bem, deverá este, complementar no prazo de 3 (três) dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação e nesse caso, será realizado novo leilão, à custa do exequente, observando o previsto no artigo 892, §1º, §2º e § 3º do CPC. Deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma mencionada no edital sendo que que não será considerada despesa processual.

LANCE CONDICIONAL: Acaso não haja licitantes no leilão, será aberto a captação de lance na modalidade condicional pelo prazo de 30 (trinta), dias. Decorrido o referido prazo será informado ao juízo as propostas recebidas, ficando condicionadas à homologação do Magistrado, para posterior emissão dos documentos em caso de aceitação.

DA COMISSÃO: Em caso de arrematação, a comissão a ser paga será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (art. 7 da Resolução 236/2016 – CNJ)

§ 1º Não será devida a comissão ao leiloeiro público na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública.

§ 2º Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do Código de Processo Civil, o leiloeiro público e o corretor devolverão ao arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos.

§ 3º Na hipótese de acordo ou remissão após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão prevista no caput.”

A forma de pagamento, através de transferência eletrônica digital (TED), em conta bancária, a ser informada por esse Gestor e a comprovação do pagamento deverá ser encaminhada para atendimento@picellileiloes.com.br

Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no portal <http://www.picellileiloes.com.br/>. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Decreto n. 21981/32, Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ), e demais normas aplicáveis ao Código de Processo Civil, Código Civil e o “caput” do art. 335 do Código Penal.

Nos termos do artigo 889 incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam as partes e interessados, intimados das designações supra, uma vez que a publicação do presente edital supre a intimação das partes e de seus patronos, caso não sejam localizados para as intimações pessoais.

Jaguariúna, 19 de março de 2025.

Dr. Antonio Cesar Hildebrand E Silva
Juiz de Direito

Joel Augusto Picelli Filho
Leiloeiro Oficial – Jucesp 754